

JOSÉ CASADO

ESTADO DE SÃO PAULO

Um presidente obrigado a ter fé na sorte

O presidente Fernando Henrique Cardoso completa hoje 88 dias no poder. Sob uma tempestade de críticas.

Os aliados (do PFL ao PPR) reclamam da "falta de firmeza". Os adversários (do PDT ao PT) queixam-se da "postura imperial".

A cena é interessante: um governo com menos de 90 dias que consegue desagradar a aliados, confrontar adversários, se atraparhar na apresentação do seu programa político à sociedade e não avançar na consolidação do seu principal projeto econômico (o Real), sem dúvida, é um governo obrigado a acreditar na sorte.

Tudo indica que o presidente vai precisar, cada vez mais, exercitar aquilo que chamam de fé, mesmo que seja, ou tenha sido, um infiel a qualquer crença, exceto à do crédito em si mesmo. Motivos tem de sobra.

Por exemplo: seus principais conselheiros, dentro e fora do governo, já não mantêm nenhuma expectativa de



A ciranda financeira continua aí, vívida, estimulada pelo governo

aprovação do pacote de reformas constitucionais no Congresso. Reduziram suas apostas à edição de algumas mudanças no capítulo da Ordem Econômica, depois de duríssima negociação legislativa.

Conforme essa perspectiva hoje dominante entre os líderes partidários, no mais o governo deverá ser brindado com uma fórmula de prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE) — aquele que nada tem de social, muito menos de emergencial, mas é considerado fundamental por seu criador, o próprio Fernando Henrique.

Esse fundo é uma obra-prima de gestão política. Foi criado pelo presidente, no ano passado, quando era ministro da Fazenda. Na certeza da inviabilidade da revisão constitucional, ele conseguiu um cheque em branco do Congresso, com validade pré-determinada (até dezembro deste 1995).

Foi uma espécie de acordo com o Legislativo: o governo ficou sem a revisão da Carta, mas saiu com autôri-

zação para aplicar recursos do Orçamento da União (20%) da forma que desejar — até mesmo fora das normas constitucionais.

Criou-se a base de caixa necessária ao Tesouro para o lançamento do real na praça e, na esteira dele, a sustentação eleitoral do candidato Fernando Henrique.

Agora, é possível uma repetição. O governo sairia sem as mudanças que deseja na Previdência e no sistema tributário, por exemplo. Mas ficaria com um novo tipo de Fundo Social de Emergência, mais requintando e ampliado, válido até o final do mandato da Fernando Henrique. De brinde, poderia obter a aprovação da emenda que permitiria a reeleição do presidente. É uma alternativa que já está na mesa de negociação, dentro e fora do Congresso. O problema: mesmo que ela se prove viável para a elite, ainda assim fica faltando combinar detalhes relevantes com a sociedade.

É o caso do contingente de trabalhadores cujos contratos coletivos vencerão a partir de abril.

No próximo trimestre, quase 2 milhões de empregados industriais estarão negociando aumentos salariais. São parte ativa das classes média e pobre que, por enquanto, desfrutam dos

benefícios de uma moeda estável.

Ocorre que, simultaneamente, todos os contratos privados, assim como preços e tarifas cobradas pelo setor público, estarão sendo renegociados.

Ou seja, até julho, quando o real completa um ano de circulação, haverá um amplo acerto de contas num país caledado por três décadas de indexação econômica, viciado em artifícios para se defender de planos econômicos e acostumado a ganhos extraordinários na ciranda financeira, que continua aí, vívida, estimulada pelo governo federal.

Atrapalhado na negociação do seu programa político, sem avançar no seu projeto econômico, trombando com aliados e confrontando adversários, o governo Fernando Henrique vai entrar no seu segundo trimestre.

O quadro da inércia política governamental sugere que presidente precisará acreditar muito na sorte em cada minuto dos 1.352 dias que lhe restam (exatos 1.946.880 minutos, a partir da zero hora de hoje). Nos intervalos, talvez ache conveniente rever obras de Friedrich Nietzsche, o filósofo alemão para quem só os homens de muita fé podem se dar ao luxo de ser céticos.